



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

1 Aos 13 dias do mês de novembro de 2012, das 13h30min às 17h35min, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia  
2 Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, no Auditório do BDMG, localizado à Rua da Bahia, 1.600 –  
3 Lourdes – BH/MG. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Maria Valeska Duarte Drummond – Agência  
4 RMBH; Ênio Resende de Souza – EMATER MG; Guilherme Antônio Pereira Morais - Prefeitura e Ouro Preto;  
5 MariaThereza Sampaio – Prefeitura de Contagem; Elton Dias Barcelos – Prefeitura de Funilândia; José Luiz de  
6 Azevedo Campello – Prefeitura de Santana do Riacho; Liliane Boaventura – Prefeitura de Morro da Garça; Cristiane  
7 Shirley de Oliveira – Prefeitura de Presidente Juscelino; Valter Vilela – COPASA; Marcos Otávio Reis Versiani –  
8 Holcim; Carlos Alberto Santos Oliveira – Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais; Wagner Soares Costa  
9 – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Rogério de Oliveira Sepúlveda – Instituto Guaicuy; Cecília  
10 Rute de Andrade Silva – ONG CONVIVERDE; Hilda de Paiva Bicalho – Associação dos Proprietários das Chácaras da  
11 Rua Nossa Senhora da Piedade; Ademir Martins Bento – SOPROGER; Simone Alvarenga Borja – ARCA AMASERRA;  
12 Tarcísio de Paula Cardoso- Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha. **Participaram os seguintes**  
13 **conselheiros suplentes:** Carlos Antônio Pereira – Prefeitura de Rio Acima; Rosângela Maria Bicalho – Prefeitura de  
14 Lagoa Santa; Rodrigo Hott Pimenta – Prefeitura de Ribeirão das Neves; Maria Mércia Rodrigues – Prefeitura de  
15 Baldim; Carlos Diniz Murta Filho – Feros Resources do Brasil S.A; Fabiana Queiroga Perry – SAAE Caeté; Irany  
16 Maria de Lourdes Braga – AngloGold Ashanti; José de Castro Procópio – Associação de Desenvolvimento de Artes e  
17 Ofícios; Giordanni Oliveira Ottone – ASPRENARSA; Alcides Teixeira Amaral Júnior – Caminhos da Serra.  
18 **Participaram também:** Dimas Correa, Fernanda Oliveira, Clarissa Dantas, Diane Souza, Izabella Resende, Derza  
19 Nogueira, Raquel Julia Lopes, Leandro Pacheco e Lucina Gomes – Equipe de Mobilização CBH Rio das Velhas; Ana  
20 Mansoldo – CEI; Isabel Cupertino – SCBH Ribeirão Arrudas; Lilla Ayres – SCBH Águas da Moeda; Cynthia Camargo,  
21 Patrícia Sena, Daniel Carmo, Alberto Simon, Ana Cristina da Silveira, Célia Fróes, Daniel Gouvêa – AGB Peixe Vivo,  
22 Lilian Domingues – IGAM / SISEMA; Carla Wstane – Núcleo Cascatinha; Lívia Nogueira, Luiz Cláudio Figueiredo-  
23 VALE S.A; Rodrigo Lemos – SCBH Arrudas; Kurt Erwin Gratz – SCBH Lagoa Central e Córregos Bebedouro e Jaque;  
24 Matheus Valle – ARSAE MG; Soraia Maria Pinheiro – COPASA; Valter J. Gonçalves – ECL; Marcus Vinícius Polignano  
25 – Projeto Manuelzão; Flávia M. R. Morais – ICMBio APA Carste – Maria José Zeferino Vieira – SCBH Ribeirão Onça;  
26 Antonio H M C Martins, Lívio C A Vilela – Vital Engenharia Ambiental Ltda; Nélia M Menezes – CEMIG; Lara Righi A  
27 Furtado – SUPRAM CM. **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Alexandre Norberto Canuto Franco –  
28 Agência RMBH; Francisco Xavier Maia – Instituto Mineiro de Agropecuária; Liliane Adriana Nappi Mateus –  
29 Fundação Estadual de Meio Ambiente; Adriano Tostes de Macedo – Fundação Estadual de Meio Ambiente; José  
30 Elias Cunha – Ruralminas; Henrique Augusto Reis – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;  
31 Inês Tourino Teixeira – Secretaria de Estado de Educação; Luiz Carlos Alcântara Moraes – Secretaria de Estado de  
32 Educação; Daniel Medeiros de Souza – SEMAD; Marcelo Coutinho Amarante – Instituto Estadual de Florestas;  
33 Gisele Aparecida Pereira – Secretaria de Estado de Saúde; Marcela Lencine Ferraz – Secretaria de Estado de Saúde;  
34 Weber Coutinho – Prefeitura de Belo Horizonte; João Carlos dos Santos – Prefeitura de Jaboticatubas; Leandro Vaz  
35 Pereira – Prefeitura de Corinto; Antônio Rubens Caldeira – Prefeitura de Santo Hipólito; Valéria Almeida Lopes de  
36 Faria – CEMIG; Priscila de Carvalho e Oliveira – RIMA Industrial S.A; Aduino Alves Ribas – Sindicato de Produtores  
37 Rurais de Curvelo; Luciana Corrêa Magalhães – Arcelor Mittal S.A; Rubens Vargas Filho – Sindixtra; Dalton  
38 Rodrigues de Oliveira – IBRAM; Cesar Augusto Paulino Grandchamp – VALE; José Nelson de Almeida Machado –  
39 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Maria Tereza Pena – Associação Para o  
40 Desenvolvimento e Crescimento Humano; Paulo Henrique de Lucca Munaier – ONG Leão; Carla Nogueira Costa –  
41 Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente. O Presidente do CBH Rio das Velhas, Sr. Rogério Sepúlveda, inicia  
42 a reunião agradecendo a presença de todos, antecipa informações a respeito da renovação do Contrato de Gestão  
43 e do plano de aplicação de recursos da Cobrança pelo uso da água, e também o processo eleitoral Comitê, que



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

44 ocorrerá em 2013. Apresenta a pauta da reunião: **1** - Apresentação Visita Técnica dos Subcomitês: Bacia  
45 Hidrográfica do Rio Caeté/Sabará; Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata; **2** - Discussão e aprovação da ata 67ª  
46 Reunião Ordinária; **3** - Discussão da minuta da Deliberação Normativa que altera o inciso III do Art. 7º da  
47 Deliberação CBH-Velhas nº 03, de 30 de março de 2010 que aprovou o Regimento Interno do CBH Rio das Velhas; **4**  
48 - Informe e discussão sobre a situação da Sede e Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas; **5** - Discussão dos  
49 Processos de Outorgas nº 10601/2011, 10602/2011, 6830/2012, 6831/2012, 6832/2012, 6833/2012 – Dreno de  
50 fundo de Pilha de Estéril e contenção de sedimentos – Mina do Pico/ Vale – Município de Itabirito/MG; **6** -  
51 Discussão do Processo de Outorga nº 4732/2012 – Dreno de fundo, sob aterro sanitário, com base  
52 impermeabilizada para disposição de resíduos sólidos, Município de Sabará/MG; **7** - Debates e encaminhamentos.  
53 Na sequência, é apresentado vídeo institucional do CBH Rio das Velhas, cuja elaboração foi contratada pela AGB  
54 Peixe Vivo, e tem como conteúdo a caracterização, histórico de ocupação da bacia e formação do CBH Rio das  
55 Velhas, por meio de entrevistas à conselheiros do Comitê. Item 1 da pauta **“Apresentação Visita Técnica dos**  
56 **Subcomitês: Bacia Hidrográfica do Rio Caeté/Sabará; Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata”**. Ademir Martins  
57 Bento, conselheiro do CBH Rio das Velhas e coordenador do SCBH Rio Caeté/Sabará, apresenta os objetivos das  
58 visitas técnicas realizadas na sub-bacia do ribeirão Caeté/Sabará, nos dias 01 de março e 10 de maio de 2011. Com  
59 os resultados das duas visitas, o Subcomitê entendeu que o projeto hidroambiental deveria trabalhar o  
60 monitoramento da qualidade das águas do ribeirão, e Ademir apresenta a proposta de pontos de monitoramento.  
61 Como um dos encaminhamentos, o Subcomitê enviou à Prefeitura de Sabará ofício solicitando “aos entes  
62 responsáveis e em especial à prefeitura Municipal de Sabará que, em acordo com a legislação vigente, apresente  
63 ao subcomitê da bacia hidrográfica do Rio Caeté – Sabará e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas  
64 propostas de interceptação e tratamento de esgotos para a área urbana pertencente ao município de Sabará”.  
65 Ademir informa que esta solicitação já tem alguns retornos, como a assinatura do convênio entre a prefeitura de  
66 Sabará e a COPASA para tratamento de esgotos urbanos. Em seguida, Procópio de Castro, conselheiro do CBH Rio  
67 das Velhas e coordenador da sociedade civil do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata, apresenta  
68 Síntese do Relatório de Visitas Técnicas realizadas pelo Subcomitê entre agosto e dezembro de 2011. A realização  
69 dessas visitas foi motivada pela necessidade de conhecer o sistema de saneamento da bacia, e identificar o real  
70 estágio das obras, as estações de tratamento de esgotos existentes, além de identificar problemas e verificar  
71 existência de áreas não contempladas na cobertura do saneamento; integrar os membros do SCBH Rib. Mata nessa  
72 discussão e fomentar soluções frente a ações da META 2014. Após a realização das visitas, o SCBH Rib. da Mata  
73 concluiu que “Embora a cobertura a ser alcançada pelas obras em andamento ser uma das melhores do Brasil, a  
74 bacia do ribeirão da Mata ainda terá que evoluir na cobertura de várias áreas que ainda não estão contempladas no  
75 atual projeto em andamento. Regiões como do Córrego São José em Lagoa Santa, Fidalgo, Quinta do Sumidouro,  
76 Dr. Lund em Pedro Leopoldo, Distrito de Ribeirão da Mata em Santa Luzia, região do Distrito de Melo Viana e Val do  
77 Palmital (29 bairros e 3 comunidades) em Esmeraldas, o centro, distrito de Tavares e Lagoa dos Mares em Confins,  
78 O distrito de Mocambeiro em Matozinhos e vários outros bairros pela bacia a fora”. Como medidas urgentes o  
79 Subcomitê considera necessário “Priorizar solução para passagem da rede coletora sobre os trilhos da ferrovia do  
80 município de Capim Branco/Matozinhos; priorizar a solução da questão do esgoto dentro da lagoa Santo Antônio,  
81 pois a mesma atrasa todo o tratamento de Pedro Leopoldo considerando a inadequação das obras e até mesmo  
82 sua viabilidade técnica; solucionar o impasse da obra da Estação de Veneza; monitorar as empresas contratadas  
83 para execução quanto ao atraso das obras e redes coletoras tomando as medidas cabíveis para coibir os atrasos;  
84 monitorar e coibir as ligações de águas fluviais na rede coletora de esgotos em toda bacia”. Item 2 da pauta  
85 **“Discussão e aprovação da ata 67ª Reunião Ordinária”**. É aprovada por unanimidade após correção ortográfica.  
86 Item 3 **“Discussão da minuta da Deliberação Normativa que altera o inciso III do Art. 7º da Deliberação CBH-**



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

87 *Velhas nº 03, de 30 de março de 2010 que aprovou o Regimento Interno do CBH Rio das Velhas*". Valter –  
88 COPASA, contextualiza a necessidade de alteração do Regimento Interno, solicitada pelas empresas municipais de  
89 saneamento, para que tenham maior participação junto ao Comitê. Lilian Domingues – IGAM / SISEMA, sugere que  
90 antes de ser aprovada pela plenária, a alteração deva ser novamente encaminhada para avaliação jurídica do  
91 IGAM, uma vez que a primeira versão encaminhada retornou ao Comitê com algumas reformas, conforme art. 17  
92 do Decreto 41578. Valter esclarece que, por questão de ordem, a alteração não foi feita pela CTIL, o que ocorreu  
93 por parte do Comitê foi acatar a solicitação feita pelas empresas municipais de saneamento, após análise da  
94 Câmara Técnica. Lilian diz que esse apoio jurídico dado pelo IGAM é necessário para dar segurança ao plenário do  
95 Comitê deliberar sobre o assunto. Hilda de Paiva Bicalho - Associação dos Proprietários das Chácaras da Rua Nossa  
96 Senhora da Piedade, informa que quando a CTIL discutiu esse item, o procurador jurídico do IGAM estava presente.  
97 Existia uma proposta de fazer toda a revisão do Regimento Interno, porém, a discussão a respeito não pode ser  
98 continuada. Decidiu-se então trabalhar somente esse item, em função do processo eleitoral o Comitê. Rogério  
99 Sepúlveda coloca que as alterações propostas pelo Igam foram acatadas e passaram a fazer parte dessa  
100 deliberação e que portanto ela já poderia ser aprovada pelo Comitê. Marcus Vinícius Polignano – Projeto  
101 Manuelzão, sugere que o Comitê aprove a deliberação, e caso tenha algum questionamento por parte do IGAM,  
102 que seja encaminhada ao plenário do Comitê posteriormente. O Plenário aprova por unanimidade a deliberação.  
103 Item 4 *"Informe e discussão sobre a situação da Sede e Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas"*, Hilda  
104 Bicalho e Cecília Rute de Andrade Silva – ONG CONVIVERDE, informam que participaram do XIV Encontro Nacional  
105 de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Cuiabá entre os dias 04 e 09 de novembro. Cecília considerou este  
106 o melhor encontro já realizado, pois foi possível avaliar o que está ocorrendo com os comitês de bacia em todo o  
107 Brasil. Hilda diz ter participado com certa tristeza do encontro, pois segundo os representantes dos comitês de  
108 Minas Gerais, Estado que sempre havia sido exemplo de gestão, eles estão enfrentando diversos problemas em  
109 seus comitês, tais como o repasse de recursos, esvaziamento e fechamento. Diz também que a apresentação do  
110 presidente da Agência Nacional Águas e também do Governador do Estado do Mato Grosso não condiziam com o  
111 que se espera para a gestão de recursos hídricos. Considera que os comitês hoje não estão sendo valorizados, e o  
112 sistema de meio ambiente se encontra em um estágio que não é adequado. Solicita que seja elaborada moção a ser  
113 encaminhada ao Governador do Estado de Minas Gerais, reivindicando respeito aos comitês de bacias, e a  
114 manutenção dos mesmos. Cecília diz que informou aos presentes no encontro que 08 comitês foram fechados em  
115 Minas Gerais, e o Estado da Bahia também tem tido problemas semelhantes. Considera importante a união e  
116 integração dos comitês de bacia. Na sequência, Clarissa Dantas – Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas,  
117 apresenta o modelo aplicado pelo CBH Rio das Velhas para descentralização da gestão na bacia, e dinâmica de  
118 atuação da Equipe de Mobilização neste processo. Conclui com o resumo de atividades realizadas pela Equipe. Em  
119 seguida, Rogério apresenta o estágio atual relativo à questão sobre a sede do Comitê e a Equipe de Mobilização,  
120 com resumo dos acontecimentos, a saber: "12 Setembro de 2012: Plenária CBH Rio das Velhas; divulgação da  
121 reunião com o IGAM relativa às discussões do novo Contrato de Gestão - 18 Setembro de 2012: Reunião IGAM e  
122 CBH – comunicação da ilegalidade da Equipe de Mobilização, mas o parecer jurídico citado não foi apresentado.  
123 Determinação de demissão e fechamento da sede em 2 dias - 21 Setembro de 2012: Carta aberta à população da  
124 bacia do Rio das Velhas, assinada pela Diretoria do Comitê, chamando a atenção para a falta de diálogo do Governo  
125 - 27 Setembro de 2012: debate com representante da Mesa Diretora da ALMG – demanda de audiência à Comissão  
126 de Meio Ambiente; - 02 de outubro de 2012: Reunião Proposta pelo Secretário Adriano Magalhães para retomada  
127 do diálogo e discussão de soluções. Participantes: SEMAD, IGAM, Diretorias do Comitê e AGB, Projeto Manuelzão.  
128 Unanimidade sobre a importância do trabalho da Equipe de Mobilização para a gestão da bacia. CBH e AGB  
129 afirmam que não há ilegalidade e que este modelo é adotado para o CBHSF com aprovação da ANA



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

130 Encaminhamentos: Qualquer demissão ou fechamento estão suspensos até que haja um novo encontro; IGAM  
131 contatar ANA sobre modelo do CBHSF; Comitê preparar documento sobre as atividades da Equipe de Mobilização. -  
132 05 de outubro de 2012: Divulgada pelo Comitê nota tratando dessa Reunião; - 04 de outubro de 2012: Reunião  
133 entre Diretorias do Comitê e AGB para definir soluções para o caso da Equipe e sede; - 29 de outubro de 2012:  
134 Reunião na SEMAD entre IGAM e Diretoria do CBH e AGB – continua a questão focada na ilegalidade – “é uma  
135 questão jurídica” - Proposta de convalidação do que foi feito anteriormente, não prevendo continuidade a partir de  
136 15 de dezembro quando se encerra o Contrato de Gestão. Sem solução para a Equipe de Mobilização e sede  
137 Proposta de nova reunião com os setores jurídicos; - 06 de novembro de 2012: Reunião na FIEMG entre Diretoria  
138 CBH, representantes da FIEMG e Projeto Manuelzão Discussão sobre sistematizar a participação da Diretoria  
139 Ampliada do Comitê e soluções para a mobilização - 09 de novembro de 2012: Reunião na sede da AGB entre  
140 Diretoria Ampliada do CBH, Diretoria da AGB, Presidência do Conselho de administração da AGB, com participação  
141 de representantes do Projeto Manuelzão e FIEMG. - Procura de soluções para a questão da viabilização financeira  
142 do Sistema de recursos hídricos e para continuidade do trabalho da mobilização. Fortalecimento da Diretoria  
143 Ampliada. Encaminhamento: proposta de reunião com o Governador e Secretário de Meio Ambiente levando-se  
144 minuta de decreto que garanta percentual do valor da cobrança para manutenção do Comitê. Elaboração de um  
145 projeto que contemple a contratação de empresa para executar a mobilização.” Finalizada a apresentação pelo  
146 Presidente Rogério, Lilian Domingues apresenta as considerações do IGAM a respeito deste processo. Informa que  
147 o IGAM iniciou a sua participação no processo no momento em que o Comitê verificou a necessidade de instituir  
148 permanentemente a Equipe de Mobilização. Em várias consultas realizadas, foi verificado que muitas das ações da  
149 Equipe se confundiam com ações que são legalmente atribuídas à agência de bacia. Em reunião com objetivos  
150 jurídicos, com a presença de procuradores e auditores do IGAM e do departamento jurídico da AGB Peixe Vivo, foi  
151 decidido que: 1 - Equipe está em duplicidade de ações com a Agência, então, a mobilização poderia ser trabalhada  
152 por meio de projeto. A forma com a qual a equipe foi contratada não era adequada, a não ser que a fonte de  
153 recurso utilizada tenha sido os 7,5% destinados ao custeio. A AGB Peixe Vivo deve elaborar projeto de mobilização  
154 com data atual, sendo este aprovado pelo Comitê, e constaria nos autos do processo. 2 – custeio do imóvel: AGB  
155 Peixe Vivo verificar melhor forma de apresentar os custos relativos ao projeto como contrapartida. 3 – prazo do  
156 projeto coincidente com os prazos do Contrato de Gestão. 4 – AGB Peixe Vivo solicitou possibilidade de prorrogar o  
157 Contrato de Gestão por mais um ou dois meses, para que a demissão dos profissionais estivesse em consonância  
158 com a convenção coletiva do trabalho da categoria, que tem como data base 01 de janeiro de 2013. Deste modo, a  
159 Agência faria a demissão dentro da vigência do Contrato de Gestão, sem pagamento de multas e demais verbas  
160 trabalhistas decorrentes do descumprimento do contrato. 5 – Recomendação à Peixe Vivo de apresentar  
161 justificativa para a prorrogação do Contrato de Gestão, com cláusulas previstas no próprio contrato. Ao montante  
162 que eventualmente viria a ser pago pelas multas rescisórias, de modo que se torne inequívoco que os valores a  
163 serem gastos com verbas rescisórias sejam superiores àqueles decorrentes da manutenção dos contratos até  
164 janeiro 2013. 6 – O IGAM verificou a possibilidade de prazo para viabilizar prorrogação da vigência do contrato. Não  
165 existe tempo hábil para prorrogação, pois o contrato precisa ser aprovado, avaliado pela comissão de avaliação do  
166 contrato, e somente assim haveria avaliação final do IGAM para prorrogação ou não. Após a aprovação do  
167 contrato, em 05 de dezembro, existiriam somente três dias úteis para todos estes trâmites, e no próprio contrato é  
168 definido que o prazo mínimo para avaliação é de trinta dias. O. 7 – IGAM recomenda à AGB Peixe Vivo apresentar  
169 informações sobre o andamento da discussão da CTIL do Comitê quanto à minuta do novo Contrato de Gestão. 8 –  
170 Interpretação do art. 28 Lei 13199/99: Conclui-se que a interpretação deve ser restritiva, uma vez que limitou-se o  
171 custeio das entidades que compõem o sistema de gerenciamento em 7,5% na sua fase de implantação. Nesse  
172 sentido, caso já tenha sido ultrapassado, os 7,5% deve ser destinado ao montante para financiar projetos e



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

173 programas, pois conforme objetivos definidos no art. 24 da mesma lei, não se enquadra o custeio ou manutenção  
174 daquelas entidades. Conforme competências constitucionais, cabe à União o poder privativo para legislar sobre as  
175 águas. Neste sentido, estaremos então vinculados aos limites percentuais expressamente definidos na Lei 9433/97.  
176 Lilian considera que se existe algum problema na legislação, o que se deve discutir é a lei. É necessário resolver a  
177 situação da melhor forma possível, atentos à legislação até que ela seja modificada. Wagner Soares Costa – FIEMG,  
178 entende que a questão não se trata de ilegalidade, e sim de legalidade, do que está na lei. Considera que a nossa  
179 legislação é bastante subjetiva, e abre espaço para várias interpretações, tendo os advogados das Procuradorias do  
180 IGAM e da SEMAD optando por interpretações mais restritivas. Também fala da diferença prevista na legislação a  
181 respeito da agência de bacia e da entidade delegatária. Considera importante encontrar uma maneira de  
182 regulamentar a lei, por meio de decreto. Informa que a FIEMG iniciou a sua participação nas discussões quando foi  
183 procurada para apoio à META 2014, mas no momento em que o assunto relativo à Equipe de Mobilização era mais  
184 urgente. Elton Dias Barcelos – Prefeitura de Funilândia, informa que os municípios recebem as informações  
185 principalmente pela existência da Equipe de Mobilização, e de forma bastante filtrada, sendo o único meio de  
186 comunicação existente entre os municípios e o Comitê. Caso essa situação não seja resolvida da melhor maneira,  
187 será muito ruim para os municípios. Ênio Resende de Souza – EMATER, entende estar havendo um mal entendido e  
188 uma falta de diálogo muito grandes. Considera que o Comitê deve deliberar a respeito do que entende ser melhor  
189 para a bacia, e o melhor para a bacia é ter a Equipe de Mobilização. O papel da agência de bacia é administrativo e  
190 técnico, é como fazer. E do mesmo modo, é o papel do órgão gestor. O Comitê agiu legalmente ao definir o que  
191 quer para a bacia. O Comitê precisa ter autonomia para dizer o quer, os planos que tem para a gestão da bacia  
192 hidrográfica, e precisa da agência e dos órgãos gestores para mostrar como deve ser feito. Maria José Zeferino -  
193 SCBH Ribeirão Onça, informa que o melhor momento do Subcomitê foi a partir dos trabalhos da Equipe de  
194 Mobilização. Isabel Cupertino – SCBH Ribeirão Arrudas, percebe que quando as coisas dão certo no país sempre  
195 existe algum fator que se torna determinante para desmobilizar, sempre com foco político. Sugere criar ato  
196 político, tomar atitude política. Polignano observa que Comitê, Agência de Bacia e FIEMG estão em acordo, falando  
197 a mesma língua, mas o IGAM e o Governo estão destoando desta linguagem. O IGAM precisa ajudar ao Comitê e à  
198 Agência é “como fazer”, e não o “não pode fazer”. Concorda que existe uma interpretação de lei, mas é um  
199 absurdo o que tem ocorrido, pois se discute um parecer jurídico que não foi apresentado de forma alguma, e isso  
200 impede até mesmo a contra argumentação. Parece mais um imbróglio político do que jurídico, e o único caminho  
201 para resolver este problema é político, e solicita audiência com o secretário de estado e com o governador. Hilda  
202 diz que se recusa a discutir qualquer parecer sem que ele tenha sido entregue ao Comitê. Cecília informa que  
203 durante a reunião do Fórum Mineiro de Comitês, foi emitida moção para poder tratar diretamente com o  
204 governador as questões relativas ao esvaziamento do sistema de recursos hídricos. Como resposta o Governador  
205 delegou a outra pessoa tratar o assunto. Carlos Antônio Pereira – Prefeitura de Rio Acima, diz que não consegue  
206 entender como os valores relativos ao 7,5% da Cobrança não são suficientes para custear a Equipe. Tarcísio de  
207 Paula Cardoso – ACOMCHAMA, entende que é necessário pegar todas as colocações dadas pelos conselheiros na  
208 reunião de hoje e, tendo em vista o posicionamento do IGAM exposto pela Lilian, e mostrar ao Governador que  
209 não é somente com posturas frias e pagando salários que se resolvem as coisas. Cita, também, uma fala exposta na  
210 ata da reunião anterior, onde é dito que a AGB Peixe Vivo tem um modo de agir diferente do modo da Equipe de  
211 Mobilização do CBH Rio das Velhas. Então, é preciso reconhecer que o trabalho dessa equipe é muito importante  
212 diante das grandes realizações da mesma. Maria Thereza pergunta à Lilian se realmente foi formada uma comissão  
213 para estudar o caso, e o porquê o CBH Rio das Velhas não estava presente à reunião do dia 11 de novembro.  
214 Considera que o CBH Rio das Velhas está recebendo uma decisão unilateralmente, e não está vendo possibilidade  
215 de contrapor à decisão do IGAM, em nenhum momento o parecer jurídico foi apresentado. Pergunta se o Comitê



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

216 terá acesso aos pareceres. E chama a atenção para o fato de que Agência Nacional de Águas entende e aplica a  
217 legislação do mesmo modo proposto pelo CBH Rio das Velhas, e levando em consideração as competências  
218 constitucionais, porque então este caso é tratado pelo Estado como um imbróglio jurídico. Lilian informa que o  
219 entendimento do IGAM é de que a mobilização pode ser colocada como um projeto, e como qualquer outro  
220 projeto deverá ser licitado, e além disso, existem algumas competências que se confundem com a competência da  
221 agência de bacia, e precisam ser resolvidas. Realmente é complicado encontrar uma solução, em função das  
222 conclusões dos procuradores e auditores do IGAM repassadas hoje. Célia Fróes – AGB Peixe Vivo, informa que as  
223 contas da AGB Peixe Vivo são abertas, e publicadas no site. A previsão de arrecadação da Cobrança é de 8 milhões  
224 de reais, mas foram repassados até o momento 3 milhões. Foram gastos com a Equipe de Mobilização até agosto  
225 de 2012 800 mil reais. Rogério apresenta uma proposta de moção, com o nome de “Declaração de Apoio à  
226 Articulação da Sociedade Civil, Usuários e Poder Público, Para Regulamentação Via Decreto da Aplicação da  
227 Cobrança Para Funcionamento dos Comitês”. Polignano sugere que seja inserida a solicitação do Comitê via  
228 plenário para realização de audiência com o Secretário de Estado e com o Governador. Item 5 **“Discussão dos**  
229 **Processos de Outorgas n° 10601/2011, 10602/2011, 6830/2012, 6831/2012, 6832/2012, 6833/2012 – Dreno de**  
230 **fundo de Pilha de Estéril e contenção de sedimentos – Mina do Pico/ Vale – Município de Itabirito/MG”**. Maria  
231 Thereza apresenta o processo e os encaminhamentos tomados pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança –  
232 CTOC, para avaliação dos processos, que tratam de um mesmo empreendimento. Após as discussões, a Deliberação  
233 é aprovada, constando a seguinte condicionante: “Realizar o monitoramento sedimentométrico e de vazão dos  
234 cursos d’água imediatamente à jusante das Barragens 1, 2 e 3 com frequência mensal e com o envio anual dos  
235 dados de monitoramento à SUPRAM-CM e ao CBH Rio das Velhas.” Item 6 **“Discussão do Processo de Outorga n°**  
236 **4732/2012 – Dreno de fundo, sob aterro sanitário, com base impermeabilizada para disposição de resíduos**  
237 **sólidos, Município de Sabará/MG”**. Do mesmo modo, o empreendimento é apresentado, com os  
238 encaminhamentos tomados para sua análise. A Deliberação também é aprovada por unanimidade. Não havendo  
239 mais nenhum assunto para tratar, o Presidente do Comitê, Sr. Rogério Sepúlveda, agradece a presença de todos, e  
240 encerra a reunião da qual se lavrou a presente ata.

241  
242  
243  
244 **Rogério de Oliveira Sepúlveda**  
245 Presidente do CBH Rio das Velhas

246  
247 **Valter Vilela Cunha**  
248 Secretário do CBH Rio das Velhas

249  
250 **ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012.**